

11/12/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.577 RONDÔNIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM AUTARQUIAS DE CONSTRUÇÃO PAVIMENTAÇÕES DE ESTRADAS DA RODAGEM E FISCAL DE TRANSITO NO ESTADO DE RONDÔNIA - SINDER
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PREFERENCIAL. ART. 100, § 2º, DA CF/88. PAGAMENTO DE MAIS DE UM CRÉDITO PREFERENCIAL A UM SÓ CREDOR DENTRO DO MESMO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 1º a 7.12.2017, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2017.

Ministro **LUIZ FUX - RELATOR**

Documento assinado digitalmente

11/12/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.577 RONDÔNIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM AUTARQUIAS DE CONSTRUÇÃO PAVIMENTAÇÕES DE ESTRADAS DA RODAGEM E FISCAL DE TRANSPORTE NO ESTADO DE RONDÔNIA - SINDER
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DE RONDÔNIA, contra decisão que prolatei, assim ementada:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PREFERENCIAL. ART. 100, § 2º, DA CF/88. PAGAMENTO DE MAIS DE UM CRÉDITO PREFERENCIAL A UM SÓ CREDOR DENTRO DO MESMO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. RECURSO DESPROVIDO.”

Inconformada com a decisão *supra*, a parte agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese, que:

“É que, na hipótese dos autos, o caso específico levado a análise da Corte Suprema, não se assemelha perfeitamente ao

RE 964577 AGR / RO

entendimento já consolidado pela Excelsa Corte.

Aqui não se nega a constitucionalidade do artigo 100, §2.º da CRFB/88, ao contrário, o ESTADO DE RONDÔNIA aponta e reconhece a adequação do dispositivo, que privilegia a dignidade da pessoa humana, a razoabilidade, a proporcionalidade, todos princípios de envergadura constitucional.

*O que se pretende, em verdade, conforme demonstrado nas razões do apelo extremo aviado pelo ESTADO DE RONDÔNIA, é que seja reconhecido a **necessidade de aplicar o benefício do artigo 100, §2.º da CRFB/88 de forma mais equânime.***"
(destaques no original) (doc. 8)

É o relatório.

11/12/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.577 RONDÔNIA

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a parte agravante não trouxe argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada.

Consoante afirmado na decisão agravada, esta Corte possui precedentes que analisaram questão semelhante a dos autos e concluíram que não contraria o disposto no art. 100, § 2º, da Constituição, o pagamento de mais de um precatório dentro da sistemática da “super preferência” estabelecida no referido dispositivo, a um só credor e no mesmo exercício orçamentário, a exemplo do que se pode extrair dos seguintes julgados: RE 960.124-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, DJe de 4/11/2016, RE 973.192-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 16/11/2016.

Por fim, observo que o presente agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual. Entretanto, por se tratar de mandado de segurança, não há falar em majoração de honorários advocatícios (Súmula 512 do STF).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.577

PROCED. : RONDÔNIA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : ESTADO DE RONDÔNIA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

AGDO.(A/S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM AUTARQUIAS DE
CONSTRUCAO PAVIMENTACOES DE ESTRADAS DA RODAGEM E FISCAL DE
TRANSITO NO ESTADO DE RONDONIA - SINDER

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 1.12.2017 a 7.12.2017.

Composição: Ministros Marco Aurélio (Presidente), Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Disponibilizou processos para esta Sessão o Ministro Edson Fachin, não tendo participado do julgamento desses feitos o Ministro Alexandre de Moraes por sucedê-lo na Primeira Turma.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma